

**Demonstrações
Financeiras**

31 de dezembro de 2018

**Teles Pires Participações
S.A.**

Sumário

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	9

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	9
3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
4. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS	20
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	22
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR.....	22
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS.....	23
10. INVESTIMENTO.....	24
11. IMOBILIZADO.....	26
12. INTANGÍVEL	27
13. FORNECEDORES	27
14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	28
15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP).....	30
16. ENCARGOS SETORIAIS.....	31
17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	31
18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	31
19. OBRIGAÇÕES DO MEIO AMBIENTE	33
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
21. RECEITA LÍQUIDA.....	36
22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	37
23. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	37
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	37
25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	38
26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	39
27. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO.....	41
28. SEGUROS.....	42
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	42



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Teles Pires Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Teles Pires Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Teles Pires Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Veja as Notas 3.5(e) e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém registrado saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido, substancialmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Esses créditos foram registrados na medida em que a Companhia considera que gerará lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Para elaborar as projeções de lucros futuros, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como a capacidade de geração de energia no futuro, o preço contratado e corrigido dessa energia, além de premissas de custos operacionais e financeiros da Companhia.</p> <p>Devido às incertezas e julgamento inerentes ao processo de determinação das estimativas de lucros tributáveis futuros que são a base para o reconhecimento dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizadas pela Companhia na determinação das estimativas de lucros tributáveis. Isso incluiu, quando disponível, a comparação dessas premissas com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia, continuidade das operações, a inflação de custos e as taxas de desconto.</p> <p>Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Baseado nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Veja a Notas 3.5(d) e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC") e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em premissas tais como a taxa interna de retorno, taxa de desconto, custo do capital, preço de liquidação das diferenças - PLD médio.</p> <p>Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia e ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos possam ter sofrido desvalorização e para determinar suas unidades geradoras de caixa. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas chave utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros.</p> <p>Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil do ativo imobilizado e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Baseados nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria efetuados para testar a mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado resumidos acima, consideramos aceitável a mensuração do ativo imobilizado, no tocante à sua recuperabilidade, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2017, preparados originalmente antes dos ajustes referentes as reclassificações descritas na nota 4, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 24 de janeiro de 2018 sem modificação. Os valores correspondentes aos ajustes efetuados pela Companhia, não foram auditados por nós e nem por outros auditores independentes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar procedimentos sobre tais valores correspondentes ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo					(Reclassificado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	506	840	27.857	30.483
Contas a receber de clientes	7	-	-	106.791	99.614
Impostos e contribuições a recuperar	8	4.971	6.638	29.733	44.242
Despesas pagas antecipadamente		-	-	2.587	2.563
Outros ativos circulantes		18	16	56	2.586
Total do circulante		5.495	7.494	167.024	179.488
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	63.400	80.788	99.555	155.902
Impostos e contribuições a recuperar	8	-	-	18	-
Impostos e contribuições diferidos	9	-	-	208.740	194.605
Depósitos judiciais	18	-	-	62.188	58.829
Investimentos	10	2.097.596	2.201.410	-	-
Imobilizado	11	-	-	4.673.740	4.840.430
Intangível	12	-	-	129.609	134.235
Total do não circulante		2.160.996	2.282.198	5.173.851	5.384.001
Total do ativo		2.166.492	2.289.692	5.340.875	5.563.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	-	-	64.297	81.861
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	159.213	139.663
Debêntures	14	54.913	55.754	54.913	55.754
Salários e encargos a pagar		-	-	2.266	2.284
Encargos setoriais	16	-	-	13.563	15.863
Impostos e contribuições a recolher	17	29	255	12.413	18.857
Obrigações do meio ambiente	19	-	-	55.294	69.045
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	-	-	10.526	9.974
Outros passivos circulantes		-	-	2.424	2.711
Total do circulante		54.942	56.009	374.909	396.012
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	2.417.310	2.526.580
Debêntures	14	636.081	687.200	636.081	687.200
Encargos setoriais	16	-	-	1.539	-
Provisões de contingências	18	-	-	266.121	239.440
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	15	-	-	152.153	149.676
Outros passivos não circulantes		-	-	72	-
Total do não circulante		636.081	687.200	3.473.276	3.602.896
Patrimônio líquido					
Capital social	20	2.313.538	2.156.130	2.313.538	2.156.130
Prejuízo Acumulado		(838.070)	(609.647)	(838.070)	(609.647)
Total do patrimônio líquido antes das participações de não controladores		1.475.368	1.546.483	1.475.468	1.546.483
Atribuível à participação dos acionistas não controladores		-	-	17.222	18.098
Total do patrimônio líquido		1.475.378	1.546.483	1.492.690	1.564.581
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.166.492	2.289.692	5.340.875	5.563.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
Receita líquida	21	-	-	772.602	823.482
Custos dos serviços		-	-	(687.545)	(773.648)
Custos com energia elétrica	22	-	-	(493.189)	(572.443)
Custos de operação	23	-	-	(194.356)	(201.205)
Lucro bruto		-	-	85.057	49.834
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	23	(7.334)	(7.334)	(23.414)	(23.755)
Resultado de participações societárias		(171.901)	(147.712)	-	-
Equivalência Patrimonial		(171.901)	(147.712)	-	-
Lucro (Prejuízo) Operacional		(179.235)	(155.046)	61.643	26.079
Receitas Financeiras	24	4.314	10.922	13.549	30.686
Despesas Financeiras	24	(50.844)	(85.953)	(316.653)	(367.934)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(225.765)	(230.077)	(241.461)	(311.169)
Imposto de renda e contribuição social		(2.658)	-	11.477	79.749
Corrente		(2.658)	-	(2.658)	-
Diferido	9	-	-	14.135	79.749
Prejuízo acumulado		(228.423)	(230.077)	(229.984)	(231.420)
Atribuível à:					
Acionistas controladores		(228.423)	(230.077)	(228.423)	(230.077)
Acionistas não controladores		-	-	(1.561)	(1.343)
Prejuízo diluído por ação - R\$:					
Ordinária	19	(0,10)	(0,11)	(0,10)	(0,11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(228.423)	(230.077)	(229.984)	(231.420)
Outros resultados abrangentes, líquido	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(228.423)	(230.077)	(229.984)	(231.420)
Atribuível à:				
Acionistas controladores	(228.423)	(230.077)	(228.423)	(230.077)
Acionistas não controladores	-	-	(1.561)	(1.343)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Controlador

	Capital Social			Total
	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	2.036.079	(38.516)	(379.570)	1.617.993
Aumento de capital	120.051	(120.051)	-	-
Capital Integralizado (Nota 20)	-	158.567	-	158.567
Prejuízo do exercício	-	-	(230.077)	(230.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.156.130	-	(609.647)	1.546.483

	Capital Social			Total
	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.156.130	-	(609.647)	1.546.483
Aumento de capital	182.469	(182.469)	-	-
Capital Integralizado (Nota 20)	-	157.408	-	157.408
Prejuízo do exercício	-	-	(228.423)	(228.423)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.338.599	(25.061)	(838.070)	1.475.468

Consolidado

	Capital Social			Subtotal	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados			
Saldos em 01 de janeiro de 2017	2.036.079	(38.516)	(379.570)	1.617.993	18.973	1.636.966
Aumento de capital	120.051	(120.051)	-	-	-	-
Capital Integralizado (Nota 18)	-	158.567	-	158.567	466	159.033
Prejuízo do exercício	-	-	(230.077)	(230.077)	(1.341)	(231.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.156.130	-	(609.647)	1.546.483	18.098	1.564.581

	Capital Social			Subtotal	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados			
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.156.130	-	(609.647)	1.546.483	18.098	1.564.581
Aumento de capital	182.469	(182.469)	-	-	-	-
Capital Integralizado (Nota 18)	-	157.408	-	157.408	685	158.093
Prejuízo do exercício	-	-	(228.423)	(228.423)	(1.561)	(229.984)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.338.599	(25.061)	(838.070)	1.475.468	17.222	1.492.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Prejuízo do período	(228.423)	(230.077)	(229.984)	(231.420)
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO (PREJUÍZO) AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	226.628	225.444	468.749	431.094
Depreciação e amortização	7.334	7.334	177.310	177.518
Resultado de equivalência patrimonial	171.901	147.713	-	-
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e outras receitas financeiras	50.805	81.283	272.340	327.071
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(5.765)	(11.079)
Alienação do ativo imobilizado e intangível	-	-	185	1.984
Atualização das provisões para contingências	-	-	32.446	25.695
Atualização de títulos e valores mobiliários	(3.412)	(10.886)	(5.178)	(19.836)
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	-	-	11.546	9.490
Impostos diferidos	-	-	(14.135)	(79.749)
	(1.795)	(4.633)	238.765	199.675
(Aumento) redução de ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(7.177)	(6.848)
IR e CSLL a recuperar	1.726	496	1.741	3.486
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	(60)	-	12.750	-
Depósitos judiciais	-	-	(3.359)	20.325
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(24)	(1.427)
Outros ativos	-	-	2.529	(1.554)
	1.666	496	6.460	13.982
Aumento (redução) de passivos operacionais				
Fornecedores	-	-	(17.564)	(375)
Salários e encargos a pagar	-	-	(18)	2.284
Encargos setoriais	-	-	(761)	1.978
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(226)	(80)	(6.444)	(2.795)
Provisões	-	-	(13.751)	(14.895)
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	-	-	(8.517)	(8.251)
Outros passivos	1	(3)	(214)	(1.561)
	(225)	(83)	(47.269)	(23.625)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(354)	(4.220)	197.956	190.032
Atividades de investimento				
Integralização de capital	(75.422)	(51.376)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(6.178)	(8.200)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	20.800	34.600	61.524	111.566
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimento	(54.622)	(16.776)	55.346	103.366
Atividades de financiamento				
Integralização de capital	157.408	158.567	158.094	159.034
Encargos de dívidas pagos	(51.645)	(86.468)	(232.239)	(272.266)
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-	1.541	2.402
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(132.203)	(129.315)
Amortização do principal de debêntures	(51.121)	(51.121)	(51.121)	(51.121)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	54.642	20.978	(255.928)	(291.266)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(334)	(18)	(2.626)	2.132
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	840	858	30.483	28.351
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	506	840	27.857	30.483
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(334)	(18)	(2.626)	2.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Teles Pires Participações S.A (doravante denominada “Companhia” ou “TPP”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, 78 - 2º andar (parte) - Flamengo, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou exterior.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso, possui potência instalada de 1.820 MW médio, Energia Assegurada de 930,7 MW médio e é composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW médio.

O Contrato de Concessão foi assinado pelo Poder Concedente em junho de 2011 e as obras iniciadas em agosto do mesmo ano.

O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. (“UHE Teles Pires”) passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção:

- 85% no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

- 15% serão destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A CHTP enviou ofícios para a ANEEL, solicitando o apto das Unidades Geradoras (“UG”) 01 (10 de janeiro de 2015), 02 (10 de março de 2015), 03 (30 de abril de 2015), 04 (01 de agosto de 2015) e 05 (03 de agosto de 2016). Os aptos foram obtidos em 30 de abril de 2015 para as UG01, UG02 e UG03, em 06 de agosto de 2015 para a UG 04 e 06 de agosto para a UG 05.

Em 03 de agosto de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 2.103, liberando as unidades geradoras UG03, UG04 e UG05, de 364 MW de potência instalada cada da UHE Teles Pires, localizada nos municípios de Jacareacanga, estado do Pará, e Paranaíta, estado de Mato Grosso, de titularidade da empresa CHTP, para início da operação comercial a partir de 04 de agosto de 2016, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível no sistema.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 838.070 em 31 de dezembro de 2018 (609.647 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e no consolidado. O prejuízo do exercício de 2018 na controlada é de R\$ 228.423 (230.077 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 229.984

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(231.420 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado. A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 49.447 na controladora e de R\$ 207.886 no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 11 e 12), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 9).

2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e são compostas pelas informações contábeis da Teles Pires e de sua controlada.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. A Companhia Hidrelétrica Teles Pires é a controlada da Teles Pires Participação S.A.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (*Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM")

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de janeiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 de Estimativa a valor justo.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vide nota explicativa nº 22;
- (ii) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 26;
- (iii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 18;
- (iv) não reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa nº 9

3.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, além de outros créditos realizáveis por caixa.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros;
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável, no reconhecimento inicial, para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são mensurados ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e
- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais para apenas pagamentos de capital e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que mudariam o valor ou o prazo dos fluxos de caixa;
- termos que podem ajustar a taxa de cupom contratual, incluindo recursos de taxa variável;
- dispositivos de pré-pagamento e extensão de prazos; e
- termos que limitam a Companhia a reclamar fluxos de caixa de ativos especificados (exemplo: dispositivos de não recurso).

Um dispositivo de pré-pagamento é consistente com os pagamentos exclusivos de principal e juros, caso o valor do pré-pagamento representar, substancialmente, valores não pagos de principal e

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

juros sobre o valor principal em aberto, que podem incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Adicionalmente, para um ativo financeiro adquirido com um desconto ou prêmio ao seu valor nominal contratual, um recurso que permita ou requeira o pagamento antecipado em um montante que represente substancialmente o valor nominal contratual mais os juros contratuais acumulados e não pagos, que também podem incluir compensação por rescisão antecipada, é tratado como consistente com este critério, caso o valor justo da característica de pré-pagamento não for significativo no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
 - mantidos para negociação;
 - designado ao VJR.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. A Companhia também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

d) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômicas ou legais onde a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticadas no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 3.6.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.6 Principais mudanças nas políticas contábeis

I - Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)

Aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

Esta norma requer que o Grupo deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A adoção da norma não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

II - Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

3.7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com as IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção das IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- (a) Imóveis não residenciais para utilização de escritórios administrativos;
- (b) Terrenos nos quais estão instaladas as torres de transmissão.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 14.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Em R\$ mil	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	3.807	-

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais

- 3.807

(ii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações em função da edição do CPC 06 (R2); • Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; • Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; • Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; • Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017; • Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS. 	1º de janeiro de 2019
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i>)	Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.	1º de janeiro de 2019
IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 - <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 10 - <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 - <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido do exercício.

4.1 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

Balança Patrimonial	Consolidado			
	2017	Ref.	Reclassificações	2017
	(Apresentado)			(Reclassificado)
Ativo Circulante	179.488		-	179.488
Caixa e Equivalentes de caixa	16.073	(a)	14.410	30.483
Títulos e valores mobiliários	14.410	(a)	(14.410)	-
Outros ativos circulantes	161.974		-	161.974
Ativo Não Circulante	5.384.001		-	5.384.001
Outros ativos não circulantes	5.384.001		-	5.384.001
Total do Ativo	5.563.489		-	5.563.489
Passivo Circulante	396.012		-	396.012
Passivo Não Circulante	3.602.896		-	3.602.896
Patrimônio Líquido	1.564.581		-	1.564.581
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	5.563.489		-	5.563.489

(a) Reclassificações dos saldos de Títulos e valores mobiliários (ativo circulante) para Caixa e equivalente de caixa.

4.2 Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017

Demonstração do Resultado	Ref.	Consolidado		
		31/12/2017	Reclassificações	31/12/2017
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita Líquida	(a)	866.743	(43.261)	823.482
Custo dos Serviços e custo de operação	(a)	(816.924)	43.276	(773.648)
Despesas gerais e administrativas		(23.787)	32	(23.755)
Outras receitas e despesas	(a)	47	(47)	-
Resultado Financeiro		(337.248)	-	(337.248)
Impostos		79.749	-	79.749
Prejuízo do período		(231.420)	-	(231.420)

(a) Reclassificação das Taxa de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFURH) do custo do serviço para deduções da receita nos montantes R\$ 5.056 e R\$ 38.253 e R\$ (47) referente a receitas diversas anteriormente classificadas em custo e despesas administrativas

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

4.3 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017

Demonstração do fluxo de caixa	Consolidado		
	31/12/2017 (Apresentado)	Reclassificações	31/12/2017 (Reclassificado)
Lucro do período antes dos impostos	(311.169)	311.169	-
Lucro líquido do exercício	(231.420)	(231.420)	(231.420)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	510.845	(79.749)	431.096
Redução (aumento) dos ativos operacionais	13.975	-	13.975
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(23.625)	-	(23.625)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	103.372	-	103.372
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(291.267)	-	(291.267)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.132	-	2.132

- (a) Reclassificação dos saldos do Lucro líquido do exercício antes dos impostos para Lucro líquido do exercício, gerando impactos nos grupos de Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e Aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa (a)				
Caixa e depósitos bancários à vista	54	392	60	397
Fundos de investimento	452	448	27.797	30.086
	506	840	27.857	30.483

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)	31/12/2018	31/12/2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB Polo 28 FI Renda Fixa	26.676	15.677
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife (nota 4.1)		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	1.121	14.409
Total CEC - Fundos Exclusivos	27.797	30.086

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Títulos e valores mobiliários					
Não circulante					
Fundo de investimento - BB polo (Reclassificado)	(a)	-	-	36.155	75.114
CDB 5 Caixa Econômica Federal	(b)	63.400	80.788	63.400	80.788
		63.400	80.788	99.555	155.902

- (a) A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Valor depositado em garantia somente será resgatada ao final do pagamento das parcelas.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- (b) A Companhia mantém um conta corrente na Caixa Econômica Federal e mantém o valor aplicado com objetivo de atender as obrigações contratuais. Esta conta está vinculada a dívida e somente será resgatada ao final do pagamento das parcelas.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2017	104.501	247.631
Aplicações	-	37.245
Resgates	(34.600)	(148.811)
Remuneração	10.887	19.837
Saldos em 31 de dezembro de 2017	80.788	155.902
Aplicações	-	28.877
Resgates	(200.800)	(90.401)
Remuneração	3.412	5.178
Saldos em 31 de dezembro de 2018	63.400	99.555

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Terceiros	52.278	32.566
Partes relacionadas	54.513	67.048
Total	106.791	99.614

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda - IR	(a)	4.911	4.098	11.739	13.784
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	-	2.539	6.492	6.189
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		-	-	19	-
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social - PIS/COFINS		60	-	11.500	20.886
Outros		-	-	1	3.383
Total		4.971	6.637	29.751	44.242
Circulante		4.971	6.637	29.733	44.242
Não circulante		-	-	18	-

- (a) IR e CSLL antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Diferido ativo	208.740	194.605
Total	<u>208.740</u>	<u>194.605</u>

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A controlada “CHTP” registra os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Consolidado			
	Ativo			
	2018		2017	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	583.771	145.943	539.436	134.859
Diferenças temporárias	<u>30.170</u>	<u>7.543</u>	<u>32.932</u>	<u>8.233</u>
	613.941	153.486	572.368	143.092
Contribuição Social				
Prejuízos fiscais	583.771	52.539	539.436	48.549
Diferenças temporárias	<u>30.170</u>	<u>2.715</u>	<u>32.932</u>	<u>2.964</u>
	613.941	55.254	572.368	51.513
Total		<u>208.740</u>		<u>194.605</u>

As bases de cálculo dos prejuízos fiscais e das diferenças temporárias são compostas como segue

Ativo	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para contingências	23.525	23.525	26.287	26.287
Provisão PLR	743	743	743	743
Depreciação ineducível (Provisão para contingências ambientais)	5.902	5.902	5.902	5.902
Prejuízo fiscal	<u>583.771</u>	<u>583.771</u>	<u>539.436</u>	<u>539.436</u>
Total ativo	<u>613.941</u>	<u>613.941</u>	<u>572.368</u>	<u>572.368</u>

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia e de sua controlada, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam. A Companhia tem a expectativa de realizar seu imposto diferido nos próximos dez anos.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023</u>	<u>Total</u>
18.720	8.428	16.287	165.305	208.740

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(241.461)	(241.461)	(311.169)	(311.169)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(60.365)	(21.731)	(77.792)	(28.005)
Exclusões (adições) no cálculo do tributo	12.391	3.504	(1.440)	(518)
Diferenças permanentes	9.043	3.255	4	1
Incentivos fiscais e outros	3.348	249	(1.444)	(519)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(47.974)	(18.227)	(79.232)	(28.523)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	40.239	14.485	20.592	7.413
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(7.735)	(3.742)	(58.640)	(21.110)
Corrente	2.658	-	-	-
Diferido	(10.393)	(3.742)	(58.640)	(21.110)
	(7.735)	(3.742)	(58.640)	(21.110)

10. INVESTIMENTO

A Companhia possui participação acionária de 99,10% na investida Companhia Hidrelétrica Teles Pires, cuja movimentação é apresentada como segue:

	Investimento	Encargos Financeiros e Amortizações	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	2.089.137	215.944	2.305.081
Integralização de capital	51.376	-	51.376
Equivalência patrimonial	(147.713)	-	(147.713)
Amortizações	-	(7.334)	(7.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.992.800	208.610	2.201.410
Integralização de capital	75.422	-	75.422
Equivalência patrimonial	(171.900)	-	(171.900)
Amortizações	-	(7.334)	(7.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.896.320	201.276	2.097.596

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos as informações sobre a investida:

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES		
Balancos patrimoniais	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	27.351	29.643
Contas a receber de clientes e outros	106.791	99.614
Impostos e contribuições a recuperar	24.763	37.604
Despesa antecipada e outros ativos circulantes	2.624	5.132
Ativos circulantes	161.529	171.993
Títulos e valores mobiliários	36.155	75.114
Impostos e contribuições a recuperar	18	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	208.740	194.605
Depósitos judiciais e cauções	62.188	58.829
Imobilizado	4.472.461	4.631.820
Intangível	129.609	134.236
Ativos não-circulantes	4.909.171	5.094.604
Total do ativo	5.070.700	5.266.597
Fornecedores	64.297	81.861
Empréstimos e financiamentos	159.213	139.663
Provisões	55.294	69.045
Outros passivos circulantes	41.160	49.435
Passivos circulantes	319.964	340.004
Empréstimos e financiamentos	2.417.310	2.526.580
Provisões	266.121	239.440
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	152.153	149.676
Outros passivos não circulantes	1.610	-
Passivos não circulantes	2.837.194	2.915.696
Capital social	2.464.790	2.388.683
Prejuízo acumulado	(551.248)	(377.786)
Total do patrimônio líquido	1.913.542	2.010.897
Total do passivo e do patrimônio líquido	5.070.700	5.266.597

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES		
Demonstração de resultado	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	772.602	823.482
Custo do serviço	(687.545)	(773.648)
Lucro Bruto	85.057	49.834
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	(16.080)	(16.421)
Lucro Operacional	68.977	33.413
Resultado financeiro		
Receita financeira	9.235	19.763
Despesa financeira	(265.809)	(281.980)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(187.597)	(228.804)
Diferido	14.135	79.749
Prejuízo do exercício	(173.462)	(149.055)

COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES		
Demonstração de resultados abrangentes	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do período	(173.462)	(149.055)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	(173.462)	(149.055)

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

11. IMOBILIZADO

Consolidado					
31/12/2018					
31/12/2017					
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Terrenos	2,34%	102.386	(12.126)	90.260	93.567
Reservatórios, barragens e adutoras	3,33%	2.431.288	(283.985)	2.147.303	2.225.949
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38%	1.357.503	(161.080)	1.196.423	1.240.948
Máquinas e equipamentos	3,44%	1.154.417	(131.180)	1.023.237	1.062.026
Veículos	14,29%	752	(388)	364	614
Móveis e utensílios	9,24%	260	(150)	110	130
Outros		226.725	(25.446)	201.279	208.610
		5.273.331	(614.355)	4.658.976	4.831.844
Em curso					
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.333	-	2.333	574
Máquinas e equipamentos		9.692	-	9.692	6.593
Veículos		383	-	383	361
Móveis e utensílios		555	-	555	117
Outros		1.801	-	1.801	941
		14.764	-	14.764	8.586
Total		5.288.095	(614.355)	4.673.740	4.840.430

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, líquido de eventuais provisões para perda do valor recuperável e depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação calculada em conformidade com a vida útil estimada dos bens.

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	5.265.129	(268.919)	4.996.210	10.955	5.007
Adições	102	-	102	8.081	8.183
Baixas	(14)	-	(14)	(1.970)	(1.984)
Depreciação	-	(172.934)	(172.934)	-	(172.934)
Transferências	8.480	-	8.480	(8.480)	-
Saldos em 01 de janeiro de 2018	5.273.697	(441.853)	4.831.844	8.586	4.840.430
Adições	-	-	-	6.178	6.178
Baixas	(366)	225	(141)	-	(141)
Depreciação	-	(172.727)	(172.727)	-	(172.727)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.273.331	(614.355)	4.658.976	14.764	4.673.740

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	Consolidado				
	31/12/2018			31/12/2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Direito de uso da concessão	3,13%	146.412	(16.820)	129.592	134.191
Direito de uso de software	27,25%	-	-	-	45
Total		<u>146.412</u>	<u>(16.820)</u>	<u>129.592</u>	<u>134.219</u>
Em curso					
Direito de uso de software		17	-	17	17
		<u>146.429</u>	<u>(16.820)</u>	<u>129.609</u>	<u>134.236</u>

A movimentação do intangível consolidado é como segue:

	Em serviço		Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	146.456	(7.653)	138.803	-	-	138.803
Adições	-	-	-	17	17	17
Amortizações	-	(4.584)	(4.584)	-	-	(4.584)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	146.456	(12.237)	134.219	17	17	134.236
Baixas	(44)	-	(44)	-	-	(44)
Amortizações	-	(4.583)	(4.583)	-	-	(4.583)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>146.412</u>	<u>(16.820)</u>	<u>129.592</u>	-	-	<u>(129.609)</u>

13. FORNECEDORES

Fornecedores	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Energia elétrica	12.423	25.359
Terceiros	7.322	25.359
Partes relacionadas	5.101	-
Encargos de uso da rede	43.015	42.728
Terceiros	41.358	40.983
Partes relacionadas (nota 25)	1.657	1.745
Materiais e serviços	8.859	13.774
Terceiros	8.859	13.774
Total	<u>64.297</u>	<u>81.861</u>

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>Dívida</u>	<u>Dívida</u>
Moeda Nacional		
BNDES	2.576.523	2.666.243
Total Moeda nacional	2.576.523	2.666.243
Moeda Nacional - Circulante	159.213	139.663
Moeda Nacional - Não Circulante	2.417.310	2.526.580
Debêntures		
Neoenergia	694.278	746.238
(-) Custos de transação	(3.283)	(3.283)
Total Debêntures	690.995	742.955
Debêntures - Circulante	54.913	55.753
Debêntures - Não Circulante	636.081	687.203
Endividamento Total	3.267.518	3.409.199
Endividamento Total - Circulante	214.126	195.416
Endividamento Total - Não Circulante	3.053.391	3.213.783

14.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos, financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Consolidado		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	136.801	2.596.363	2.733.164
Ingressos	-	2.402	2.402
Encargos	-	245.790	245.790
Transferências	317.975	(317.975)	-
Amortizações de principal	(129.315)	-	(129.315)
Pagamento de juros	(185.798)	-	(185.798)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	139.663	2.526.580	2.666.243
Ingressos	-	1.541	1.541
Encargos	221.535	-	221.535
Transferências	110.811	(110.811)	-
Amortização de principal	(132.203)	-	(132.203)
Pagamento de juros	(180.593)	-	(180.593)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	159.213	2.417.310	2.576.523

A seguir apresentamos as captações do exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexadores</u>	<u>Valor Captado</u>
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento BNDES	15/02/2036	TJLP	1.541
Taxa média		TJLP + 2,02%%	1.541

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas à longo prazo são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>
	<u>Dívida</u>
2020	151.558
2021	151.558
2022	151.558
2023	151.558
2024	151.558
Acima 2025	1.659.520
Total Obrigações	<u>2.417.310</u>

Total

Controlada

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O contrato de cessão estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá, após a divulgação das demonstrações financeiras anuais, dobrar os recursos aplicados nas Contas Reservas do Serviço da Dívida, de forma a manter o montante equivalente a 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida. A partir de 27 de fevereiro de 2017, a Companhia obteve aprovação dos credores para substituir o valor correspondente a até 5 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida por fiança bancária, até 30 de abril de 2019. Em 26 de dezembro de 2017, o BNDES e Banco do Brasil aprovaram a prorrogação da manutenção das fianças bancárias até 30 de abril de 2019.

- Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%

14.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>		
	<u>Moeda nacional</u>		
	<u>Passivo</u>	<u>Não</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2017	220.487	578.775	799.262
Encargos	81.283	-	81.283
Transferências	(108.428)	108.428	-
Amortizações de principal	(51.121)	-	(51.121)
Pagamento de juros	(86.468)	-	(86.468)
Saldos em 01 de janeiro de 2018	55.754	687.200	742.956
Encargos	50.805	-	50.805
Transferências	51.121	(51.121)	-
Amortizações de principal	(51.121)	-	(51.121)
Pagamento de juros	(51.645)	-	(51.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	54.913	636.081	690.995

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	Consolidado		
	31/12/2018		
	Debêntures	Custos de Transação	Total Líquido
2020	51.121	(262)	50.859
2021	51.121	(262)	50.859
2022	51.121	(262)	50.859
2023	51.121	(262)	50.859
Acima de 2024	434.879	(2.233)	432.646
Total	639.363	(3.283)	636.082

Controladora

Condições restritivas financeiras (covenants)

A escritura da 1ª emissão de debêntures estabelece que a Companhia deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2

Adicionalmente, a escritura também estabelece que a Neoenergia S.A., como Fiadora, deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,5
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2

15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de junho de 2014, a controlada “CHTP” celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A controlada “CHTP” recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de junho de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8.47% a.a.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos a mutação do “UBP”:

Saldo em 01 de janeiro de 2017	158.411
Atualização monetária	4.499
Ajuste a valor presente	4.991
Pagamentos	<u>(8.251)</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2018	<u>159.650</u>
Atualização monetária	6.600
Ajuste a valor presente	4.946
Pagamentos	<u>(8.517)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>162.679</u>
Circulante	10.526
Não circulante	152.153

16. ENCARGOS SETORIAIS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	583	771
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.742	7.550
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	6.485	7.204
Ministério de Minas e Energia - MME	<u>292</u>	<u>338</u>
Total	<u>15.102</u>	<u>15.863</u>
Circulante	13.563	15.863
Não circulante	1.539	-

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de Renda - IR	-	4	-	4
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	-	32
Programa de Integração Social - PIS	2	34	1.624	2.614
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	12	217	7.504	12.127
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	341	199
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	-	-	91	57
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	139	22
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	730	354
Outros	15	-	1.984	3.877
Total	<u>29</u>	<u>255</u>	<u>12.413</u>	<u>19.286</u>

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Consolidado		
	Contingências		Total
	Trabalhistas	Cíveis	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	2.361	222.463	224.824
Baixa/Reversão	(124)	(10.955)	(11.079)
Atualização	172	25.523	25.695
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.409	237.031	239.440
Baixa/Reversão	(343)	(5.422)	(5.765)
Atualização	310	32.136	32.446
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.376	263.745	266.121

a) Provisões para processos judiciais

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 4.040 em 31 de dezembro de 2018 (R\$5.761 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública ("ACP") no que tange à parte ambiental do empreendimento. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 121.636 em 31 de dezembro de 2018 (R\$113.952 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m..

Claim do Consórcio Construtor

Trata-se de processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas instaurado a pedido do Consórcio Construtor Teles - ("CCTP") contratado na modalidade de *turn-key* para a construção da UHE Teles Pires.

O pedido refere-se ao pleito de extra custo da construção, estimado pelo "CCTP, referente aos seguintes eventos descritos abaixo:

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- Atrasos decorrentes de liberação das áreas afetadas pelas obras;
- Pleito de geologia;
- Pleito de mão de obra;
- Pleito da linha de transmissão.

Ainda serão realizadas perícias técnicas na arbitragem. Do pleito de custo extra estimado pela CCTP, a Administração da Companhia, com base em parecer elaborado pelo escritório de advocacia que acompanha a arbitragem, estimou que os pleitos com a probabilidade de perda provável totalizam o valor histórico de R\$ 87 milhões, sendo R\$ 173.809 mil corrigidos até 31 de dezembro de 2018 (R\$ 151.725 mil em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2016, o valor corrigido foi registrado em contrapartida ao ativo imobilizado.

Fiscais

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária conforme autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda - SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 69.581 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 37.067 em 31 de dezembro de 2017).

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Trabalhistas	134	79
Cíveis	<u>62.054</u>	<u>58.750</u>
Total	<u><u>62.188</u></u>	<u><u>58.829</u></u>

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

19. OBRIGAÇÕES DO MEIO AMBIENTE

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental - PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Consolidado
	Provisões Ambientais
Saldos em 01 de janeiro de 2017	83.950
Baixa/Reversão	(14.905)
Atualização	-
Saldos em 01 de janeiro de 2018	69.045
Baixa/Reversão	(13.751)
Atualização	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	55.294

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 2.338.599 (R\$ 2.156.130 e, 31 de dezembro de 2017), representando ações ordinárias.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2017 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 30.750, com emissão de 30.750.000 ações.

Durante o exercício de 2017, os acionistas Eletrosul, Furnas e Neoenergia realizaram aportes nos valores de R\$ 39.198, R\$ 39.198 e R\$ 80.171, respectivamente, totalizando um total de capital integralizado de R\$ 157.408.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2018, 20 de agosto de 2018 e de 10 de dezembro de 2018, foram aprovados os aumentos de capital no valor de R\$ 37.225 mil, R\$ 117.884 mil e 27.360 mil respectivamente, com emissão de 37.225.000 ações, 117.884.000 ações e 27.359.622 ações.

Durante o exercício de 2018, os acionistas Eletrosul, Furnas e Neoenergia realizaram aportes nos valores de R\$ 38.911, R\$ 4.050 e R\$ 79.586, respectivamente, totalizando um total de capital integralizado de R\$ 157.408.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 está apresentada conforme abaixo descrito:

Acionistas	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Lote de mil ações			Lote de mil ações		
	Ações ordinárias			Ações ordinárias		
	Única	%	Capital social Integralizado	Única	%	Capital social Integralizado
Neoenergia S.A	1.169.725	50,56%	1.169.725	1.090.140	50,56%	1.090.140
Furnas S.A	571.907	24,72%	571.907	532.995	24,72%	532.995
Eletrosul S.A	571.907	24,72%	571.907	532.995	24,72%	532.995
Total	2.313.539	100%	2.313.539	2.156.130	100%	2.156.130

Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no prejuízo do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do período	(228.423)	(230.077)
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (*)	2.213.222	2.132.878
Prejuízo do período / Total de ações	(0,10)	(0,11)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o prejuízo diluído por ação é o mesmo.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

21. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida do consolidado por natureza, segmento, região geográfica e suas deduções:

	Ref.	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
Principais receitas			
Fornecimento de energia elétrica (nota 25)		911.639	964.151
Outras receitas		1.451	50
Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo		913.090	964.201
(-) Deduções da receita líquida (nota 4.2)	(i)	(140.488)	(140.719)
Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo		772.602	823.482

	Consolidado						31/12/2017 Total
	Região geográfica						
	31/12/2018						
	Sul	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Total	
Principais receitas							
Fornecimento de energia elétrica	91.164	45.582	136.746	45.582	592.565	911.639	964.151
Outras receitas					1.451	1.451	50
Total da Receita Operacional Bruta	91.164	45.582	136.746	45.582	594.016	913.090	964.201
(-) Deduções da receita bruta	-	-	-	-	-	(140.488)	(140.719)
Total da Receita Operacional Líquida	91.164	45.582	136.746	45.582	594.016	772.602	823.482

As receitas da Companhia estão classificadas no segmento Renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia.

i) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições		
PIS	(15.043)	(15.909)
COFINS	(69.290)	(73.276)
Encargos Setoriais		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.747)	(8.226)
Outorga da concessão pela utilização do bem público - CFURH	(43.747)	(38.253)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(4.661)	(5.055)
Total	(140.488)	(140.719)

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

22. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Energia comprada para revenda		(Reclassificado)
Energia adquirida contrato bilateral (nota 25)	(211.170)	(245.805)
Energia curto prazo - MRE	(10.332)	(21.881)
Energia curto prazo - PLD	(16.707)	(66.562)
Créditos de PIS e COFINS	20.060	31.677
Taxa CCEE	(655)	(766)
Total	(218.804)	(303.337)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição		
Encargos de rede básica	(299.671)	(296.385)
Encargos de conexão	(140)	(136)
Créditos de PIS e COFINS	25.426	27.415
Total	(274.385)	(269.106)
Total de Custos com Energia Elétrica	(493.189)	(572.443)

23. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gastos:

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	(Reclassificado)			
Custos/Despesas	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(8.460)	(2.761)	(11.221)	(12.746)
Administradores		(3.300)	(3.300)	(2.689)
Material	(617)	(189)	(806)	(2.454)
Serviços de terceiros	(8.285)	(6.867)	(15.152)	(14.210)
Uso do bem público - UBP	(4.946)	-	(4.946)	(4.991)
Depreciação e amortização	(169.796)	(7.514)	(177.310)	(177.517)
Valor residual do ativo imobilizado/intangível	-	(185)	(185)	(1.985)
Arrendamentos e aluguéis	(155)	(218)	(373)	(365)
Tributos	(97)	(1.832)	(1.929)	(1.293)
Provisões líquidas - contingências	1.653	252	1.905	55
Outras (despesas)/receitas operacionais	(3.653)	(985)	(4.638)	(9.020)
Total custos/despesas	(194.356)	(23.414)	(217.770)	(224.960)

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	4.729	10.692
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(631)	-
Outras receitas financeiras	216	230
Total	4.314	10.922
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(50.805)	(81.823)
Variações monetárias - Outras receitas IOF	(67)	(122)
Outras despesas financeiras	28	(4.549)
Total	(50.844)	(85.954)
Resultado financeiro líquido	(46.530)	(75.032)

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Receitas Financeiras	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Renda de aplicações financeiras	9.155	28.694
Variações monetárias - Outras receitas	637	448
Atualização de depósitos judiciais	2.933	1.184
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(1.116)	(1.098)
Outras receitas financeiras	1.940	1.458
Total	13.549	30.686
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	(272.340)	(327.073)
Variações monetárias - Dívida	(2)	-
Variações monetárias - Outras despesas	(30)	-
IOF	(582)	(1.153)
Encargos P&D/PEE	(431)	(575)
Atualização provisão para contingências	(29.356)	(21.219)
Provisão de juros / ajuste a valor presente do Uso do Bem Público	(11.546)	(9.490)
Outras despesas financeiras	(2.366)	(8.424)
Total	(316.653)	(367.934)
Resultado financeiro líquido	(303.104)	(337.248)

25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)		Vencimento
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Receita/ (Custo) de Energia Elétrica						
NC ENERGIA	(a)	14.600	25.254	174.535	177.213	Indeterminado
FURNAS	(a)	9.464	12.135	110.824	96.823	Indeterminado
ELETROSUL	(a)	9.464	12.135	106.577	109.591	Indeterminado
COELBA	(b)	7.440	7.326	62.688	65.145	2018
CELPE	(b)	2.899	2.726	23.892	25.082	2018
ELEKTRO REDES	(b)	1.985	1.818	16.649	16.719	2018
CEAL	(b)	1.103	1.372	11.682	12.200	2018
ELETROACRE	(b)	1.817	2.997	20.886	21.769	2018
CEPISA	(b)	-	666	5.776	5.850	2018
COSEERN	(b)	640	619	4.955	5.167	2018
		49.412	67.048	538.444	535.559	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)						
FURNAS	(c)	(1.138)	(1.274)	(44.138)	-	2046
AFLUENTE T	(c)	(30)	-	(342)	-	2046
SE NARANDIBA	(c)	(4)	-	(37)	-	2046
POTIGUAR SUL	(c)	(32)	-	(311)	-	2046
ELETROSUL	(c)	(453)	(471)	(17.080)	-	2046
		(1.657)	(1.745)	(61.908)	-	
Serviços Administrativos						
NEOENERGIA SERVIÇOS	(d)	-	-	(375)	-	2020
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENCAO	(e)	-	-	(402)	-	2020
		-	-	(777)	-	
TOTAL		47.755	65.303	475.759	535.559	

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente livre (ACL);
- (b) Contratos de suprimento de energia elétrica no ambiente regulado (ACR);
- (c) Contratos de uso do sistema de transmissão (CUST) e Contratos de Conexão do Sistema de

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo;

(d) Contrato de prestação de serviços contábeis, tributários e de processos transacionais.

(e) Contrato referente a consultoria de serviços de engenharia.

25.1 Remunerações da administração

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 30 de abril de 2018, teve como proposta o montante de até R\$ 3.563 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. Até 31 de dezembro de 2018 o montante pago foi de R\$ 3.089, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração recorrente	2.798	2.241
Benefício de curto prazo	291	223
Total	3.089	2.464

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Atualmente todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 27.797 em fundos exclusivos.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	31/12/2018								
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	2.576.523	4.580.885	174.620	172.496	339.001	330.103	321.026	311.719	2.931.920
Debêntures	690.994	690.485	25.561	25.561	51.121	51.121	51.121	51.121	434.879
Fornecedores	64.297	64.297	64.297	-	-	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	27.857	30.483
Títulos e valores mobiliários	99.555	155.902
Contas a receber de clientes	106.791	99.614

e) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.

- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Consolidado no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	104.348	1.631	157	316
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,4%	(694.277)	(12.041)	(14.957)	(17.838)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,0%	(2.576.523)	(57.532)	(11.240)	(22.480)

27. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos do Grupo;

Nível 2 - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Nível 3 - Ativos ou passivos cujos preços não observáveis.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Nível (*)	31/12/2018		31/12/2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		234.203	234.203	285.999	285.999
Títulos e valores mobiliários	2	27.857	27.857	30.483	30.483
Títulos e valores mobiliários	2	99.555	99.555	155.902	155.902
Contas a receber de clientes	2	106.791	106.791	99.614	99.614
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	3.494.493	3.494.493	3.650.707	3.650.707
Fornecedores	2	64.297	64.297	81.861	81.861
Empréstimos e financiamentos	2	2.576.523	2.576.523	2.666.243	2.666.243
Debêntures		690.994	690.994	742.954	742.954
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)		162.679	162.679	159.650	159.650

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Métodos e técnicas de avaliação

i) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

28. SEGUROS

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Segurada (R\$)</u>	<u>Prêmio (R\$)</u>
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2019	50.000	82
Veículos	13/06/2019	100% da tabela FIPE-USP	36
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2019	1.800.000	2.638

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de Janeiro de 2019, foi aprovada sem reserva e pela unanimidade dos acionistas presentes: a) a reinstituição do Capital Social Autorizado da Teles Pires Participações S.A. em R\$ 2.533.458.622,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e vinte e dois reais). Em decorrência, alterar o caput do artigo quarto do Estatuto Social que passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 2.338.598.622,00 (dois bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil e seiscentos e vinte e dois reais) e está dividido em R\$ 2.338.598.622,00 (dois bilhões, trezentos e trinta e oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil e seiscentos e vinte e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.533.458.622,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e vinte e dois reais).

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES
Presidente

Titulares

Hugo Renato Anacleto Nunes
Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto
Werdine Machado
Rogério Bonini Ruiz

Suplentes

José Paulo Werberich
Fabiano Uchoas Ribeiro
Almir Galvani Coutinho
Tomé Aumary Gregório

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Graciela Granato
**Diretora Administrativa Financeira e de
Coordenação**

Idebrando Martins
Diretor Técnico

CONTADORA

Vivian Paim Lopes
CRC-RJ-Nº 104355/O-8

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Teles Pires Participações**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2018, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2018.

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

FABIANO UCHOAS RIBEIRO

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

CARLA DE ANDRADE SOUZA E ANDRADE PINTO WERDINE MACHADO

ROGERIO BONINI RUIZ

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Teles Pires Participações**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.212.219/0001-04, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Teles Pires Participações, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Teles Pires Participações relativas ao exercício social findo em 31.12.2018.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2018.

Ana Graciela Granato
Diretora Administrativa Financeira e de Coordenação

Idebrando Martins
Diretor Técnico